



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES - CTC**

EMENTA TAQUIGRÁFICA

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	DATA: 31/10/2012 HORA: 10h	LOCAL: Sala de Reuniões nº 1
SUMÁRIO: Demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais da execução orçamentária dos 5º e 6º bimestres de 2011 e dos 1º, 2º, 3º e 4º bimestres de 2012, apresentadas pela Secretaria de Estado da Fazenda.		
PRESIDENTE: Deputado Estadual Marcos Vieira		
PARTICIPANTES DA MESA: Deputado Estadual Manoel Mota; Deputado Estadual Darci de Matos; Deputado Estadual Valmir Comin; Deputado Estadual Aldo Schneider; Deputado Estadual Gilmar Knaesel; Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; Deputado Estadual Silvio Dreveck; Deputada Estadual Luciane Carminatti; Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt; Deputado Estadual Sandro Silva; Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda; e, Almir Gorges, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Fazenda.		
REGISTRO DE PRESENCAS: Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda; Carlos Roberto Molin, diretor de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda; Wanderlei Pereira das Neves, diretor de Captação de Recursos e Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda; Márcio Luiz Lohmeyer, gerente de Programação Financeira da Secretaria de Estado da Fazenda; e Nilson Rodolfo Scheidt, gerente de Arrecadação da Secretaria de Estado da Fazenda.		
MANIFESTAÇÕES: Deputado Estadual Marcos Vieira; Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda; Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda; Deputado Estadual Aldo Schneider; Deputado Estadual Darci de Matos; Deputada Estadual Luciane Carminatti; Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; Deputado Estadual Gilmar Knaesel; Deputado Estadual Manoel Mota; e Deputado Estadual Valmir Comin.		



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC), REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 10H, NA SALA DE REUNIÕES Nº 1, REFERENTE À DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS 5º E 6º BIMESTRES DE 2011 E DOS 1º, 2º, 3º E 4º BIMESTRES DE 2012, APRESENTADAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às 10h, reuniram-se em audiência pública Deputados Estaduais e demais autoridades para a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais da execução orçamentária do 5º e 6º bimestre de 2011 e 1º, 2º, 3º e 4º bimestre de 2012, apresentadas pela Secretaria de Estado da Fazenda. A mesa dos trabalhos estava composta pelas seguintes autoridades: Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira; Deputado Estadual Manoel Mota; Deputado Estadual Darci de Matos; Deputado Estadual Valmir Comin; Deputado Estadual Aldo Schneider; Deputado Estadual Gilmar Knaesel; Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; Deputado Estadual Silvio Dreveck; Deputada Estadual Luciane Carminatti; Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt; Deputado Estadual Sandro Silva; Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda; e Almir Gorges, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Fazenda. Inicialmente, o **Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, registrou a presença do senhor Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda; Carlos Roberto Molin, diretor de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda; Wanderlei Pereira das Neves, diretor de Captação de Recursos e Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda; do senhor Márcio Luiz Lohmeyer, gerente de Programação Financeira da Secretaria de Estado da Fazenda; e do senhor Nilson Rodolfo Scheidt, gerente de Arrecadação da Secretaria de Estado da Fazenda. Em seguida, concedeu a palavra ao **senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, que, após os cumprimentos de praxe, registrou que estava cumprindo a determinação legal de apresentar o desempenho da administração do Estado na área tributária, através do relatório do cumprimento das metas estabelecidas dos 5º e 6º bimestres de 2011 e dos 1º, 2º, 3º e 4º bimestres de 2012. A seguir, passou a palavra ao senhor Adriano de Souza Pereira para que fizesse a apresentação dos relatórios. Por sua vez, o **senhor Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda**, após as saudações iniciais, destacou que tanto a elaboração dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como a manutenção do Portal da Transparência do Poder Executivo estadual eram um trabalho realizado



pela equipe de contadores da Secretaria de Estado da Fazenda. Em seguida, utilizando recurso em PowerPoint iniciou sua apresentação dizendo que a LRF, no ano 2000, no tocante à transparência da gestão, tinha determinado a publicação de dois relatórios técnicos, um relatório resumido da execução orçamentária, bimestralmente, e um relatório de gestão fiscal, quadrimestralmente. Quanto ao relatório de gestão, além da publicação, disse que a lei exigia que o Poder Executivo fizesse uma apresentação na Comissão de Finanças da Alesc para o governo avaliar se estava com as finanças equilibradas e se estava cumprindo as metas fiscais, de acordo com o artigo 9º, § 4º, da LRF. Quanto à publicação do relatório fiscal e do relatório resumido, disse que, além de estarem no Portal da Transparência do Poder Executivo, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º quadrimestre tinha sido publicado no Diário Oficial do Estado do dia 24 de setembro de 2012 e o RGF do 1º quadrimestre tinha sido publicado no Diário Oficial do Estado dos dias 29 e 30 de maio. Quanto ao resultado da execução orçamentária, disse que fora arrecadado de janeiro a agosto de 2012, R\$ 10,4 bilhões de receita, um acréscimo com relação ao mesmo período de 2011 de aproximadamente 6.4%; e disse que, em relação à despesa realizada até o mês de agosto, o valor era de R\$ 10,4 bilhões, destacando que a arrecadação e a despesa estavam bem ajustadas, ou seja, não havia sobras. Quanto ao panorama da Receita, disse que a primeira arrecadação bruta do Estado até o mês de agosto foi de R\$ 14,5 bilhões que, comparando com o mesmo período de 2011, tivera 5.7% de acréscimo; que desses R\$ 14,5 se deduzia o repasse para os Municípios – 25% de ICMS, 50% de IPVA, além dos demais tributos – ou seja, 20% da arrecadação tributária eram encaminhados para o Fundeb; e que desses R\$ 14,5 bilhões, tirando os R\$ 4 bilhões para o Fundeb, ficavam no caixa do Estado R\$ 10,4 bilhões, valor que o governo do Estado tinha arrecadado até o mês de agosto para fazer frente às despesas do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público e para fazer frente ao investimento e à manutenção dos serviços públicos. Quanto ao detalhamento da arrecadação tributária, disse que a arrecadação bruta foi de R\$ 10,5 bilhões no 1º quadrimestre, 7% de acréscimo em relação ao mesmo período de 2011, dos quais, 93% era arrecadação própria do Estado através do ICMS, IPVA, e 7% de repasses da União. Destacou a arrecadação do ICMS, de R\$ 8,1 bilhões até agosto, com uma variação de 6% em relação ao ano passado, e a do IPVA, de R\$ 800 milhões, 15% de variação em relação ao ano passado. Quanto aos repasses da União, disse que dos R\$ 10,5 bilhões de arrecadação tributária, R\$ 720 milhões eram dos repasses da União, valor reduzido em relação ao ano passado, ou seja, 1.5% a menos; R\$ 540 milhões eram do FPE, um incremento de 4%; o IPI Exportação tinha 9.5% a menos; e a Cide R\$ 39 milhões até agosto do corrente ano. Portanto, dos R\$ 10,5 bilhões de arrecadação tributária havia uma dedução de R\$ 2,4 bilhões para os Municípios e outra de R\$ 1,4 bilhão para o Fundeb, que retornava para os Municípios e para o Estado de acordo com o número de alunos matriculados, ao passo que ficava no caixa do Estado para fazer frente às suas despesas R\$ 6,5 bilhões. Quanto ao cumprimento da LRF e os limites da Constituição Federal quanto às áreas da Saúde e da Educação, disse que a LRF estabelecia ação planejada, controle, responsabilização do gestor, transparência



instituindo limite e visando o equilíbrio das contas públicas, limites para folha de pagamento, limites para dívida de longo prazo, limites para contratação de empréstimo de longo prazo e limite para concessão de garantias para outras entidades fazerem empréstimo. Após explanou sobre a situação dos limites do governo do Estado até o 2º quadrimestre de 2012. Quanto ao resultado primário, economia para pagar dívida de longo prazo, foi previsto no orçamento uma meta de economia de R\$ 1 bilhão, afirmando que até o mês de agosto estava em R\$ 837 milhões, quase 80% da meta. Explicou que aquela meta deveria ser comprovada no final do ano. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*] Quanto ao resultado nominal, disse que a meta era de R\$ 327 milhões e estava em R\$ 724 milhões, 221% acima da meta. No que dizia respeito aos gastos com pessoal, registrou que o governo do Estado poderia comprometer até 60% da sua receita corrente com a folha de pagamento. Informou que também tinham sido estabelecidos mais dois limites, o limite de alerta, que era quando chegava a 90% do limite legal, e o limite prudencial, que era quando chegava a 95%, quase chegando ao limite legal. Explicou que a partir daquele momento o governo tinha até oito meses para tomar as medidas necessárias para reduzir o gasto; que se passasse daquele prazo e não abaixasse o limite prudencial não poderia contratar financiamento em longo prazo, operações de crédito, não poderia receber transferências voluntárias da União, convênios da União. Expôs como estava a situação do governo até o mês de agosto, qual seja, consolidado geral, 55,08%, já no limite de alerta; Poder Executivo, 45,52%, também no limite de alerta; e o Tribunal de Contas já havia chegado ao limite prudencial. Comentando que a situação não estava tão confortável para o governo em relação a gastos, disse que a questão da receita era bem importante na composição do gasto com pessoal, o comportamento da receita influenciava diretamente, porque era o gasto em relação à Receita Líquida do Estado. Passando à dívida consolidada líquida, falou que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecia que o Estado poderia ter até 200% da Receita Corrente Líquida, com comprometimento de dívida de longo prazo, que era a dívida consolidada, que estava em R\$ 14 bilhões, e a dívida consolidada líquida, que era de R\$ 6.3 bilhões. Observou que o Estado cumpria com folga aquele limite, comprometendo apenas 44% da sua receita com a dívida de longo prazo, que poderia chegar até 200%. Quanto ao pagamento da dívida pública, informou que até o mês de agosto o total pago pelo Estado era de R\$ 1,1 bilhão, sendo a amortização da dívida de longo prazo R\$ 358 milhões, aproximadamente 31%, e os juros, 69%, R\$ 798 milhões. Passando à parte de concessão de garantias para que outras entidades realizassem empréstimos, informando que o Estado poderia ser garantidor de empréstimos até 22% da receita corrente, estava com apenas 0,63%, sendo que tinha duas operações com a Casan, da qual era garantidor, no valor total de R\$ 90 milhões. Em relação às operações de crédito, contratação de empréstimo em longo prazo, contou que o Estado poderia contratar em um ano empréstimos que somassem o valor de 16% da Receita Corrente Líquida, ou seja, R\$ 14 bilhões, e até o presente momento havia comprometido apenas 0.44%, R\$ 63 milhões, um valor bem abaixo, estando bem tranquilo o cumprimento daquele limite. Quanto ao cumprimento dos limites



constitucionais, explicou que 12% da receita de impostos teriam de ser aplicados em Saúde, limite que tinha de ser comprovado no final do ano, sendo que até o mês de agosto estava em 9,82%, que representavam R\$ 760 milhões, havendo um incremento de 6% em relação ao ano anterior, mantendo então a mesma tendência do ano referido, que estava em 9,89%. Quanto à Educação, disse que tinha de cumprir 25% e já estava em 30%, o que representava R\$ 2.3 bilhões de aplicação. Na continuidade da sua explanação, falou que além do segundo quadrimestre de 2012 também seriam apresentados os números referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal do fechamento do ano de 2011, em virtude de não ter sido realizada, no momento devido, à audiência pública, momento em que o **Deputado Estadual Aldo Schneider** perguntou sobre os 30% de investimentos da Educação, se era em relação ao piso, obtendo como resposta do **senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, que o fator determinante era a folha da Educação, em razão da aplicação de recomposições salariais que tinham sido feitas para o cumprimento da legislação do piso, em razão do aumento de pessoal, observando que os investimentos em Educação não tinham aumentado na mesma proporção, o que lhes preocupava sobremaneira, porque a tendência era que até o final do ano aquela relação aumentasse. Retomando a palavra, o **senhor Adriano de Souza Pereira, diretor de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda**, comentou o terceiro quadrimestre de 2011. Em relação ao resultado nominal, disse que tinha sido cumprido com tranquilidade pelo Estado. Quanto ao resultado primário, explicou que a meta era de R\$ 800 milhões e havia chegado a R\$ 1,2 milhão. No que dizia respeito à aplicação em Educação, que era de 25%, disse que havia chegado a 26,57%; em Saúde, que era de 12%, havia chegado a 12,09%. Passando à disponibilidade de caixa, declarou que ao final do ano o Estado tinha que ter caixa suficiente para honrar seus compromissos, dívidas que tinham ficado de um ano para o outro. Falou que o valor em caixa era de R\$ 4,7 bilhões; dívidas, R\$ 2,8 bilhões; restos a pagar não processados, R\$ 380 milhões, ficando líquido no caixa R\$ 1,5 bilhão, explicando que não significava recurso livre para o governo utilizar. Mostrou uma rápida composição daquele R\$ 1,5 bilhão, qual seja, recursos do Poder Judiciário, R\$ 220 milhões; do Poder Legislativo, R\$ 60 milhões; do Ministério Público, R\$ 70 milhões; e do Poder Executivo, R\$ 1.1 bilhão, grande parte já vinculada ao Instituto de Previdência, à Educação, à Segurança Pública, à Saúde e demais fontes vinculadas, especialmente convênios, e R\$ 290 milhões disponíveis ao Tesouro. Observou que o total representava menos de 20%, quer dizer, mais recursos já estavam legalmente vinculados. Na sequência, passou ao relatório de gestão fiscal, explicando que em dezembro de 2011 o gasto com pessoal estava abaixo do limite, ou seja, o Poder Executivo estava com 41,80% e poderia chegar a 49% e o consolidado estava com 51,22% e poderia chegar a 60%. [*Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini*] Afirmou que os limites de dívida consolidada líquida, as garantias e as operações de crédito foram cumpridos com tranquilidade ao final do ano de 2011, e que as finanças estavam em equilíbrio, tendo sido cumpridos também os limites de saúde, de educação, com gastos de pessoal e com a dívida pública. Logo após, realizou apresentação a respeito do Portal



da Transparência do Poder Executivo que foi lançado no dia 8 de maio de 2012, trazendo adaptações à Lei do Acesso à Informação e à Lei de Responsabilidade Fiscal. Explicou que a LRF, de 2000, previa os relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal. Contou que em 2009 a LRF foi alterada, sendo colocada a exigência de, além da divulgação dos relatórios técnicos, colocar à disposição dos cidadãos todas as despesas do Governo. Citou também a Lei de Acesso à Informação, de 2011, no sentido de fortalecer o direito do cidadão de conhecer com detalhes as informações a respeito das finanças do governo do Estado. Comentou a respeito do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (Sigef), que era o sistema oficial do Estado, utilizado na elaboração do Orçamento estadual, do PPA, da LDO, etc. Disse que as informações que estavam no Sigef eram a base para o Portal da Transparência e que as informações estavam disponíveis aos cidadãos. Explicou que o Portal do Executivo possuía quatro grandes áreas: receita, gasto público, análise gráfica e gestão fiscal, que abrangiam informações dos órgãos do Executivo estadual, contendo relatórios e a opção de consultas *on-line* a respeito da arrecadação e das despesas do Estado. Em relação às consultas ao gasto público, disse que o cidadão poderia saber os gastos relativos às diárias, à remuneração dos servidores, aos pagamentos efetuados por credor, à consulta dos maiores fornecedores por período, ranqueados do maior ao menor, detalhados por datas de pagamento, além de informações como tipo de licitação, do que se tratava a despesa, a data de pagamento e o histórico daquela licitação, tudo com atualização diária. Falou também a respeito das diárias recebidas pelos servidores do Estado, explicando que o cidadão poderia consultar a utilização das mesmas pelos servidores. Contou que também era disponibilizada a visualização gráfica das informações, com gráficos explicativos e comparativos, apresentando dados de maneira bem detalhada. Comentou também a respeito da gestão fiscal, onde constavam os relatórios técnicos do governo que tratavam da dívida pública, da LRF e do balanço geral do Estado, além de relatórios referentes à execução orçamentária. Afirmou que eram produzidos, na diretoria de contabilidade geral, os indicadores da gestão fiscal, os quais mostravam uma visão bem consolidada das finanças do governo, num total de 32 indicadores, como Receita tributária, repasses da União, despesas, investimentos, custeios, repasse aos Poderes, etc., proporcionando uma visão geral das finanças do governo do Estado. Utilizando os recursos gráficos do PowerPoint, mostrou como era feita a distribuição da Receita total do Estado; o comportamento do ICMS, mês a mês; os limites da Lei Fiscal e da Constituição, detalhando os gastos mensais dispensados ao gasto com pessoal do Executivo e à aplicação em saúde e educação. Finalizando, comentou a respeito dos acessos realizados no Portal Transparência do Poder Executivo nos últimos seis meses, de 8 de maio a 30 de outubro de 2012, que teve aproximadamente 1 milhão e 200 mil acessos, numa média de 200 mil por mês, destacando que a população estava muito interessada em saber para onde estava indo o dinheiro público, pois a área do gasto público possuía 70% dos acessos. Expôs os contatos da Secretaria da Fazenda e o *link* do Portal da Transparência e, após isso, passou a palavra ao **senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, que usando recurso de PowerPoint falou



sobre a Receita estimada para o ano de 2012 e a que estava sendo executada, explicando que no orçamento elaborado em 2011 para execução em 2012, a estimativa de receita era 13.4, tendo como base a receita executada em 2011. Disse que o orçamento foi elaborado em um cenário diferente daquele que estavam vivendo e acabou durante o exercício de 2012, por conta da redução da movimentação econômica que proporcionou uma quebra daquela estimativa, afirmando que o que estava sendo executado, pelos números apresentados, era aproximadamente 7%. Falou que a diferença entre o valor estimado e o valor executado até 30 de setembro era de 770 milhões a menor, expondo que, fechando o mês de outubro teria um valor em torno de 840 ou 850 milhões, chegando ao final do exercício com uma diferença, entre o projetado e o executado, aproximada de R\$ 1 bilhão. Disse que para manter o equilíbrio das contas tiveram que fazer um forte contingenciamento, onde era possível contingenciar, ressaltando que havia itens que eram de despesas que não eram suscetíveis de contingenciamento como folha, dívida e déficit previdenciário, fazendo com que o contingenciamento ainda tivesse que se concentrar, sobretudo, em investimentos e no custeio. Falou que foram forçados, há 20 ou 30 dias, a adotar uma medida de realinhamento, de alongamento de convênios celebrados com Municípios para permitir a possibilidade de assegurar pagamentos prioritários. Então, o contingenciamento cedeu em relação àquele comportamento, observando-se uma retomada, ou seja, o mês crítico da arrecadação foi julho; em agosto sentiu-se certa estabilização; em setembro uma pequena retomada; e no mês de outubro patinou novamente, mas havia sinais visíveis de que haveria uma retomada do comportamento da receita, sobretudo o ICMS que era o carro-chefe da arrecadação. Afirmou que, examinando o orçamento para o próximo ano, todos iriam verificar que a estimativa de crescimento da receita era de 7.8% em relação a que estava sendo executada em 2012, considerando que era uma previsão adequada ao momento econômico vivido. Afirmou que, em relação à receita, era aquele o comentário que ele desejava fazer. Em relação à folha, disse que estavam batendo no limite prudencial, praticamente já havia batido, explicando que aquilo havia ocorrido, porque, se não fosse confirmada a previsão de receita, não precisaria haver grande aumento da despesa de pessoal para as linhas se encontrarem, conforme gráfico apresentado no PowerPoint. Colocou que tinham que ter muita cautela em relação à folha de pessoal, aumento, ingresso de servidores, promoções, porque, sem dúvida, aquele era um item que merecia todo o cuidado tendo em vista as penalizações que poderiam sofrer se não mantivesse aquilo dentro dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em relação à dívida, que era outro item não suscetível de contingenciamento, disse que 13% da receita líquida estava destinada ao pagamento da dívida do Estado, da dívida contratada com a União, esclarecendo que eles estavam fazendo um esforço muito grande para tentar renegociar aquela dívida, porque ela foi contratada num cenário totalmente diferente, ou seja, a Celic era 26% quando foi contratada, havia resquícios fortes de inflação ainda e atualmente, por conta da dívida, o encargo era o IGP-DI mais 6%, significando que, com o IGP-DI acumulado mais 6%, foi pago em setembro 14% de encargos. Disse ainda que os empréstimos de longo prazo feito pelo BNDES e os



contratos da iniciativa privada de longo prazo foram todos renegociados com encargos de 4, 5 ou 6%, garantindo que o esforço era buscar aquele percentual. Expôs que, em decorrência daquilo, estavam conseguindo renegociar, estavam na fase final, graças ao apoio da Assembleia Legislativa que aprovou com muita rapidez a autorização para renegociação do resíduo, permitindo que fossem economizados R\$ 50 milhões de pagamento por mês, porque mudava o fluxo e o juro de 14% iria para 4% fixo, que era o que tinha sido renegociado da parte do resíduo que era R\$ 1,470 bilhão. Considerando que a renegociação iria dar para o próximo ano uma folga de R\$ 600 milhões, que iria diminuir a pressão no fluxo de caixa por conta da operação, era fundamental conseguir renegociar o principal e procurar manter a renegociação na agenda do governo federal, mas havia resistência e dificuldades para isso. Disse que de cada R\$ 3,00 que era pago de dívida, R\$ 2,00 iria para encargos e R\$ 1,00 iria para amortizar, considerando um drama aquela situação. Em relação ao déficit previdenciário, explicou que era a diferença entre a contribuição do servidor, a contribuição patronal e o que se pagava efetivamente de proventos de aposentadoria. Detalhou que o sistema previdenciário do Estado era constituído de dois Fundos: o Fundo Previdenciário e o Fundo Financeiro, explicando que o Fundo Previdenciário era para os servidores que ingressaram no serviço público após a publicação da lei e os que já estavam aposentados; e os que estavam no serviço público antes da lei, antes da criação do sistema, ficavam no Fundo Financeiro, que era o déficit que estava crescendo muito e para o ano seguinte estava projetado aproximadamente R\$ 1,800 bilhão, o que era outra preocupação. Falou que os mecanismos que poderiam ser acionados para minimizar os efeitos era o Comprev, mas ele andava de forma muito lenta e era preciso buscar habilitação no Comprev dos processos de aposentadoria de servidores que tinham tempo de serviço na iniciativa privada e que haveria uma compensação em que a União, o INSS arcava com parte do pagamento. Afirmou que aquele processo estava andando de forma tímida e haveria que se fazer um esforço para acelerar. Disse que estava fazendo aquelas considerações para compartilhar com a Assembleia Legislativa as preocupações que tinham e a necessidade forte de fazerem ajustes para manter o equilíbrio das finanças públicas do Estado e poder custear os serviços públicos que era uma obrigação do Estado, mantendo a qualidade dos serviços. *[Taquígrafa-Revisora: Ione Terezinha Reis de Melo]* Por fim, colocou-se à disposição com sua equipe para as indagações que os demais pretendessem formular. Prosseguindo, o senhor Presidente passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Darci de Matos** que enalteceu a atuação da Secretaria da Fazenda, através do seu Secretário Nelson Serpa, do Secretário Adjunto Almir Gorges e de sua equipe competente e dedicada, por terem conseguido manter as contas do governo equilibradas apesar da queda da receita. A seguir, justificou que ele próprio e os Deputados Silvio Dreveck e Aldo Schneider precisavam sair para comparecer a uma audiência para tratar da questão das autoescolas, e pediu licença para se retirarem. Após, manifestou-se a **senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti** que cumprimentou o Secretário da Fazenda Nelson Serpa e toda sua equipe da Secretaria, além das várias lideranças sindicais presentes. Disse ter vários questionamentos a serem esclarecidos, e comentou



ter ficado surpresa com os 30% da Educação, explicando que todos os relatórios do Tribunal de Contas do Estado até 2011 sempre apontavam que o Estado não conseguiria chegar ao percentual de 25%, incluindo inclusive os inativos da Educação. Acrescentou que aquele, aliás, era outro debate que já haviam feito naquela Comissão, explicando que os inativos precisavam sair da folha e que havia o compromisso do governo de que fossem excluídos gradativamente. Após tais considerações, perguntou qual era o valor nominal exato daqueles 5%, em termos de recursos, e se nos 30% de investimentos em Educação estavam incluídos os inativos da Educação. Continuando no tema e considerando a projeção dos investimentos em Educação até o final de 2012, perguntou se a estimativa era permanecerem nos 30%, voltarem aos 25%, ou enquadrarem-se em uma média entre os 25% e os 30%. Da mesma forma, questionou se era possível aquela Comissão ter acesso ao detalhamento dos investimentos efetivos na Educação. Com relação ao salário-educação, indagou qual era a aplicação da conta em 2012, qual era o percentual de utilização daquele recurso, justificando que em 2011 tiveram um saldo na conta do salário-educação. Perguntou ainda se o Fundeb estava em conta específica ou se compunha a receita corrente líquida na distribuição dos recursos em 2012. Com relação à receita como um todo, observou não ter havido queda, mas quebra de estimativa, explicando que foi estimado um valor a mais. Perguntou o motivo de aquilo ter acontecido, quais indicadores haviam influenciado a estimativa elevada da receita e qual era a projeção. Questionou novamente com base em que havia ocorrido aquela estimativa elevada da receita e se o motivo foi não terem considerado o cenário da crise. Disse não saber qual era o argumento, mas que tinha havido um erro de cálculo. Afirmou que era preciso ficar claro que se considerassem os oito meses de arrecadação do ano anterior e os oito meses de arrecadação de 2012, de janeiro a agosto, perceberiam ter havido um aumento na receita evidenciado pelos números, mas que, em relação às despesas que foram projetadas sobre uma estimativa maior, tinha havido diferença. Por fim, com relação aos convênios dos Municípios, perguntou se havia uma previsão de retomada do calendário de pagamento. Prosseguindo, a palavra foi passada ao **senhor Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, que após os cumprimentos disse que era plenamente solidário com o governo do Estado na questão da dívida pública. Afirmou ser absurdo o que vinha acontecendo, avaliando que aquilo precisava ser discutido em nível local e em nível federal, porque praticamente 40% da receita do orçamento federal eram destinados aos serviços da dívida. Mencionou outro dado que o impressionou: quando foi dito que de cada R\$ 3,00 pagos, R\$ 2,00 eram encargos e taxas e apenas R\$ 1,00 era para amortização. Nesse sentido, falou que a sociedade brasileira ia cada vez pagando mais, enquanto a dívida ia ficando cada vez maior. Comentou que aquilo valia tanto para a União como para os Estados, e que o tema precisava ser discutido para chegarem a alguma diretriz política diferente. Observou que uma coisa importante a se pensar e deixar claro seria o que a Lei de Responsabilidade Fiscal definia como salário, e perguntou se hora extra, auxílio alimentação e outras gratificações eram definidos como salário pela Lei. Ainda sobre o tema, perguntou se a Lei de Responsabilidade Fiscal obrigava a colocar os gastos com pessoal aposentado



como gastos com salário. Afirmou serem aquelas interrogações importantes, pois evidentemente que aquelas questões iriam definir o percentual colocado. Contou ter chegado um tempo, havia alguns anos, no Poder Executivo, em que estavam com 37% da receita corrente líquida comprometida com o salário, mas que mesmo assim o governo continuava dizendo que não tinha condições de discutir salário com ninguém, porque tinha outros gastos e despesas, mas que não era a Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, que impedia o aumento. Concluiu que se, atualmente, estavam perto do nível de alerta, era aquele um elemento importante a ser pensado. Avaliou, entretanto, que o governo estava realizando gastos com pessoal e que a Lei de Responsabilidade Fiscal, em si, não obrigava a tratá-los como salário, e que, portanto, aquilo definia o local exato daquele nível apontado dentro dos gastos do governo do Estado. Falou que outra curiosidade era perceber que o Tribunal de Contas já havia ultrapassado a linha. Observou que o Poder Executivo era o que tinha as grandes despesas, pois atendia a população na linha de frente. Comentou que outros Poderes, cujo objetivo principal não era aquele, tinham maiores gastos com salário, proporcionalmente. Falou que aquilo não era uma crítica, mas que precisavam refletir sobre o assunto, e justificou ser aquele o motivo do seu pedido de vistas a um projeto discutido no começo da reunião a respeito daquelas transferências. *[Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato]* Disse acreditar que a sua pergunta, se bem respondida, poderia ajudar a dar alguma pista de como não entrarem em pânico. Voltando-se ao Secretário Serpa, que havia falado em promoções, cumprimentou-o pela cautela, dizendo que ela era necessária. Afirmando que não estava querendo de forma alguma ser deselegante com o Secretário, falou que era preciso ter cautela mais ou menos parelha, até porque tinha coisas que com pressão maior acabavam tendo êxito. Na sequência, observou que o texto original do Projeto de Lei Complementar 28 tinha impacto financeiro com data marcada para acontecer, ao contrário das emendas que havia feito, nas quais não tinha impacto financeiro automático, dependia de medidas posteriores do Poder Executivo. Mais uma vez parabenizou a equipe por manter o equilíbrio, mas dizendo que dentro daquele equilíbrio poderiam debater durante uma semana inteira ou durante um mês sobre como gastar o dinheiro e com o que gastar o dinheiro, onde colocar mais prioridade, por isso talvez as divergências que tinham nos seus pedidos de vista, nos votos e até mesmo nas observações por vezes deselegantes que faziam nos microfones do Plenário da Alesc. Por sua vez, o **senhor Deputado Estadual Gilmar Knaesel** cumprimentou os presentes e registrou a presença do Prefeito de Iomerê, Antoninho Baldissera, e de Valcir Afonso Serighelli, Secretário de Administração e Finanças do referido Município. Posteriormente, contou que o que mais lhe chamava a atenção e lhe preocupava dentro daquela visão era a questão da queda na arrecadação, de não se alcançar a arrecadação desejada ou imaginada dentro daquilo que havia sido apresentado, visto que o Secretário havia falado de quase R\$ 1 bilhão a menos na previsão até o final do ano dentro daquilo que havia sido orçado ou previsto. Assim sendo, perguntou quais os principais pontos da queda, observando que a Secretaria, certamente, tinha acompanhamento setorial, se estava na indústria, no comércio, no serviço, ou seja, que setor não havia alcançado a



arrecadação desejada. Perguntou, ainda, até onde tinha influenciado o decreto do Senado que havia fixado a alíquota única sobre os produtos importados, se tinha tido reflexos na época, pela imprensa, se havia acompanhado informações da Fazenda de que havia uma perda imediata para o Estado de Santa Catarina em função daquela tomada de decisão. Comentou que na Alesc tal questão era muito debatida em várias reuniões para tentar entender aquela decisão que tinha sido uma decisão unilateral até, sem dar ao Estado a possibilidade de poder ganhar tempo, fôlego para aquilo. Mais adiante, disse que vinham acompanhando, através da imprensa, a questão da renegociação da dívida, que atualmente era um dos grandes pontos de discussão. Explanou que o Estado, salvo engano seu, tinha um caixa mensal de quase R\$ 130 ou R\$ 140 milhões em relação à dívida negociada com o governo federal, perguntando se aquilo estava avançando e até onde poderia ter um ponto de auxílio no sentido de recuperar o fôlego do caixa do Estado. Por fim, cumprimentou a equipe da Secretaria dizendo tinha certeza de que tudo que podia ser feito, o foi, momento em que registrou que os Deputados, mais uma vez, tinham sido solidários no sentido de aprovar o Revigorar IV, que tentava ajudar em parte na busca da arrecadação. Na continuidade da reunião, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Manoel Mota**, que, após saudar o Secretário e sua equipe, declarou que era sabido que o juro da dívida pago ao governo federal era assustador; que se não houvesse negociação certamente alguns Estados ficariam em dificuldade. Registrou que a equipe da Fazenda de Santa Catarina era extraordinária, tinha visão, planejamento, fazia o que podia para se adaptar à realidade. Perguntou, em seguida, o que faziam os Poderes, respondendo que parecia que não tinham nenhuma preocupação. Citando o duodécimo, disse que provavelmente em pouco tempo não haveria dinheiro para mais nada, razão pela qual aquela ação não deveria ser só do governo, mas dos Poderes também, evitando assim um colapso geral. Complementou que estava no sexto mandato no Parlamento e já havia passado por alguns momentos complicados no que dizia respeito ao aumento do duodécimo. Finalizou dizendo da importância de o Parlamento ajudar no sentido de que todos tivessem a mesma preocupação, afirmando que assim Santa Catarina seria um Estado equilibrado, mais desenvolvido, cresceria, receberia mais empresas de fora. Por sua vez, o **senhor Deputado Estadual Valmir Comin** saudou a equipe da Secretaria, ressaltando que ela sempre interagira com a Alesc com muita propriedade, diplomacia e celeridade nos encaminhamentos. *[Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart]* Disse que queria abordar alguns pontos, sendo o primeiro em relação à renegociação da dívida. Relatou que ouviu naquela manhã o Secretário Serpa dando uma entrevista à rádio a respeito daquele assunto e que teve a oportunidade de ver, já que foi em cadeia nacional, o Prefeito eleito de São Paulo, como primeiro ato depois de eleito, procurar a Presidenta Dilma para tratar da repactuação da dívida do Município de São Paulo com a União, razão pela qual gostaria de saber em que nível estava a conversa da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina com o Tesouro Nacional, com a Presidenta da República, em relação à questão, e qual a visão da Fazenda naquele quesito, já que os parâmetros utilizados para São Paulo, se fosse aberto aquele precedente, serviriam para todo o



Brasil. Com relação ao que havia falado a Deputada Luciane Carminatti, de que os números do Tribunal de Contas mostravam em torno de 25%, 26% do índice de investimento em educação, afirmou que o percentual tinha ultrapassado a marca dos 30%, conforme mostrado ali, e que os recursos estavam sendo usados em função do aumento da faixa salarial. Disse que mesmo com todo o esforço do governo, a própria classe educacional ainda não estava contente, o que era uma preocupação pertinente, porque existiam centenas de prédios públicos, de escolas em situação precária, demonstrando a diminuição da capacidade de investimento por consequência do aumento da folha. Também solicitou que o Secretário traçasse um panorama de como estavam os procedimentos que envolviam os R\$ 3 bilhões aprovados na Alesc para investimento, que era uma forma de compensação em função da perda da alíquota do ICMS da importação e da medida tomada pelo Senado, e deixou registrado que, na sua avaliação, não era um valor que servia de compensação pelo governo federal, já que o Estado teria que pagar, em médio e em longo prazo. Aproveitou para parabenizar a Secretaria da Fazenda pela iniciativa tomada quanto à contenção de despesas, já que a previsão era que a partir de 1º de janeiro de 2013 a situação se tornasse crítica. Continuando com seus questionamentos, disse que 93% da arrecadação do Estado eram oriundos do esforço do povo catarinense, mas gostaria de saber quanto realmente o Estado contribuía para com a União. Afirmou que sempre que se falava em financiamento, o que se escutava era que a União estava ajudando o Estado de Santa Catarina como medida compensatória, e repetiu que não entendia daquela forma, porque Santa Catarina era um Estado eminentemente produtor e exportador que contribuía muito para o desenvolvimento do Brasil. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** disse que, como não havia mais nenhum Deputado que quisesse se manifestar, passaria a palavra ao Secretário Nelson Antônio Serpa a fim de que se manifestasse a respeito dos questionamentos feitos. Fazendo uso da palavra, o **senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, disse que começaria respondendo sobre os critérios utilizados para a estimativa da Receita para o exercício 2012. Afirmou que aqueles eram critérios baseados no desempenho da Receita dos anos anteriores, sendo que vários fatores tinham sido levados em consideração, não era uma estimativa feita com dados aleatórios, e explicou que tinham chegado à estimativa de 13,4% naquela ocasião em função do comportamento histórico da Receita do Estado nos últimos quatro anos e do desempenho da economia, sendo que se levava em conta também a projeção do Produto Interno Bruto, a questão da inflação e o esforço fiscal que poderia ser utilizado. Disse que naquele período trabalhavam com o Produto Interno Bruto crescendo a base de 5%, 5,5%, sendo aquela a estimativa do governo federal e de todos os órgãos que faziam aquelas análises. Afirmou que estavam com um desempenho do Produto Interno Bruto de 1,5%, e que, portanto, não era erro de estimativa, mas uma situação que nem o governo federal havia captado a tempo, servindo como um indicativo perfeitamente possível de ser utilizado, tendo em vista que se tinha levado em consideração critérios objetivos na avaliação. Salientou que para 2013 estavam trabalhando com 7,8%, percentual que também não vinha de dados aleatórios, pois que tinham considerado um



PIB de 2%, embora se falasse em 4%, uma inflação de 5,3%, 5,4%, e um pequeno esforço fiscal. Concluiu esse item dizendo que o que havia norteado a estimativa da Receita tinham sido aqueles critérios e o cenário econômico que não havia se confirmado. Reportando-se à Resolução nº 13, disse que embora ela entrasse em vigor a partir de 1º de janeiro, já havia provocado em Santa Catarina uma perda estimada de 3%, e que aquele desempenho negativo que o Estado estava tendo era reflexo daquela determinação, porque muitos investimentos e muitas operadoras já haviam mudado para outros Estados, diminuindo assim a atividade econômica também. Afirmou que para o próximo ano já haviam considerado na estimativa o valor de R\$ 300 milhões de perda, apesar de inicialmente terem uma estimativa maior, mas tinham conseguido reduzir aquele impacto por conta de ações que haviam sido tomadas e que estavam sendo desenvolvidas para evitar a fuga de investimentos e de negócios do Estado de Santa Catarina. Assim sendo, disse que o desempenho da Receita também tinha o impacto decorrente daquela medida, que não era esperada, pois quando se tinha elaborado o Orçamento para 2012 não se imaginava que fosse ocorrer àquela alteração. Reportando-se ao Fundeb, disse que ele era em conta própria e não em conta única, e explicou que, às vezes, as pessoas imaginavam que o Fundeb era transferência de recursos federais, mas que não tinha um centavo sequer de recursos da União no Fundeb em Santa Catarina. Afirmou que o Fundeb era constituído por 20% da receita de impostos do Estado, 20% da receita de impostos dos Municípios, sendo que a distribuição se fazia pelo *per capita* de alunos matriculados em cada rede, e que em relação àquilo, Santa Catarina tinha uma diferença entre a contribuição feita ao Fundeb e o que o Estado recebia para os alunos que estavam na sua rede de R\$ 380 milhões a menor, ou seja, os 20% do Estado que iam para o Fundeb não retornavam integralmente, existindo uma redução de R\$ 380 milhões até setembro, conforme demonstrado, sendo que a estimativa de perda em 2012 era acima de R\$ 500 milhões. Afirmou que grande parte dos recursos do Fundeb, antes dos aumentos salariais dados por conta do piso, era canalizada para investimentos, mas que atualmente já não era suficiente nem para pagar a folha da Educação. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] Explicando que nos últimos três anos o crescimento da Receita do Estado foi em torno de 38%, 40%, esclareceu que, como a folha do magistério tinha aumentado em torno de 68%, houve um descompasso e uma grande diferença. Comentou que 50% eram de inativos, sendo que parte do pagamento dos inativos estava integrando os 25%, dentro da linha que foi estabelecida pelo Tribunal de Contas, e que 30% já estavam expurgados, afirmando que estavam cumprindo rigorosamente o cronograma que foi repassado pelo Tribunal de Contas. Registrou que o valor dos 30% que já estavam expurgados era de R\$ 225 milhões. Disse, ainda, que tinha uma tendência em aumentar o déficit previdenciário, tendo em vista o aumento das aposentadorias. Informou que parte da receita do salário educação era utilizada para investimentos e a outra parte para pagar a merenda escolar, que no corrente ano havia sido em torno de R\$ 110 milhões arrecadados e aplicados, mas que também tinha sido utilizado um superávit do ano passado em torno de R\$ 50 milhões, acrescentando que todos os dados estavam na Secretaria de Educação e a



equipe da contabilidade poderia encaminhar com maiores detalhes. Comunicou que o que integrava o limite de pessoal para efeito de cálculo, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, eram servidores ativos e inativos, informando que o auxílio-alimentação não integrava os cálculos e o déficit previdenciário também constava, porque era o pagamento de ativos e inativos. Acrescentou que o cálculo estava rigorosamente dentro dos conceitos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sem maquiagem e que não estava sendo colocado nada para engordar o percentual que não estivesse estabelecido na Lei. Esclareceu que tiveram preocupação e responsabilidade, porque as sanções decorrentes daquilo eram pesadas e acabavam recaindo sobre toda a população. Comunicou que o que entrava na base era vencimento, gratificação, hora extra, adicional por tempo de serviço, que isso era o que integrava a remuneração dos servidores, e não somente os vencimentos eram computados no cálculo do percentual a ser despendido com pessoal. Com relação à dívida, disse que o valor inicial contratado era de R\$ 1,552 bilhão, mas depois foram agregados, incorporados àquele contrato o Iprev, a Fusesc e chegou a R\$ 4 bilhões, sendo que daqueles valores o Estado já pagou R\$ 8 bilhões e devia em torno de R\$ 9,8 bilhões; que os R\$ 4,4 bilhões que foram pagos foram considerados no período, juros, e a amortização ficou em torno de R\$ 2 bilhões, mais encargos de R\$ 1 bilhão, ou seja, foram pagos R\$ 6 bilhões de juros e R\$ 2 bilhões de amortização. Ressaltou que havia um grande esforço dos Estados em buscarem uma renegociação, sendo que o governo federal chegou a sinalizar com essa possibilidade, inclusive foram constituídas comissões de estudos na Câmara dos Deputados, um delas presidida pelo Deputado Vaccarezza, que apresentou uma sugestão e ainda estavam em tramitação sete projetos de lei, mas as coisas não tinham andado com a velocidade que esperavam. Disse que o Haddad foi muito feliz quando colocou que a primeira questão a ser resolvida para começar a encaminhar as soluções para São Paulo era a renegociação da dívida e brincou dizendo que estavam esperando pegar uma carona com ele para ver se o Estado de Santa Catarina caminhava junto. Falou ainda que os projetos de financiamentos que foram encaminhados e estavam sendo autorizados pela Assembleia, havia um financiamento do Proinvest no valor de R\$ 611 milhões, que já estava em tramitação final na STN e imaginavam poder assinar o contrato no mês de novembro próximo. Informou que houve uma limitação, porque o governo Federal e o BNDES entenderam que deveriam dar o mesmo tratamento para o recurso decorrente do empréstimo na transferência voluntária, sendo limitado porque no período eleitoral não iriam fazer a liberação do recurso. Complementou dizendo que, como o período eleitoral já tinha passado, estavam em condições de serem contratadas, começariam a executar e a receber os valores do financiamento ainda no ano em curso. Disse que o refinanciamento do resíduo da dívida, um valor de R\$ 1,470 bilhão, tinha sido aprovado pela Cofix e estava para decidir finalmente na STN; que o contrato estava sendo negociado e talvez na próxima semana teriam a apreciação no Senado da autorização para ser contratada a operação até o dia 15 do mês em curso, ocorrendo uma redução no desembolso de R\$ 50 milhões por mês e esperavam contar com aquele recurso para o



ano em curso. Com relação ao contrato do financiamento do BID VI, disse que era em torno de 256 milhões de dólares para investimentos em rodovias estava em diligências na STN e em função de detalhes de encaminhamentos talvez a STN aprovasse na próxima semana, sendo que provavelmente até final do mês ou no máximo dia 10 do próximo mês o Senado assinaria o contrato. Ante o exposto, comentou que, ainda que no ano em curso, esperava que o contrato fosse assinado e os investimentos fossem realizados. Informou que o Proinvest era recurso para recuperação de rodovias e outras áreas estavam sendo atendidas com aquele financiamento também. **O senhor Deputado Estadual Valmir Comin**, reportando-se ao comentário sobre o refinanciamento da dívida, perguntou se havia sido por consequência da mudança da alíquota, da base de cálculo, a economia dos R\$ 50 milhões. **O senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, respondeu negativamente, esclarecendo que a redução se daria em função da redução dos juros e a dívida seria alongada também, ou seja, ao invés de pagar 14% iriam pagar 4%. Comentou que aquela abertura tinha acontecido porque o Estado do Mato Grosso do Sul tinha tentado fazer um esforço e eles também tinham tentado fazer com que o governo federal autorizasse a negociação da dívida com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica e com outros bancos, mas a autorização ficou apenas para o resíduo, complementando que o Estado do Mato Grosso do Sul tinha realizado uma operação semelhante, mas também somente para o resíduo. Comentando que o financiamento de R\$ 3 bilhões, que era a compensação, a denominada compensação pelas perdas, disse que, numa audiência com o Ministro da Fazenda, não recebia aquilo como compensação. [*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt*] Disse que estava entregando a receita e assumindo o compromisso de pagar e que não podiam deixar de utilizar aquela oportunidade, porque tinham investimentos a fazer com aqueles R\$ 3 bilhões, cujo processo estava na linha do BNDES. Prosseguindo, explicou que em função da BMW tiveram que fazer duas alterações naquele encaminhamento, sendo que inicialmente os R\$ 3 bilhões destinavam-se a investimentos, porém o Estado tinha uma dívida contraída junto ao BNDES em 2005, 2006 para quitar o CRC da Celesc, no valor de R\$ 980 milhões com juros de 14.25%, num prazo de sete anos para pagar e um desembolso mensal de R\$ 13 milhões. Desse modo, o BNDES ofertou a oportunidade de o Estado renegociar aquela dívida a 6.2% de juros, com prazo de carência alongando para pagar em 23 anos, num valor significativamente menor do que iria pagar devido à redução dos encargos, assim sendo, se reduziu um pouco de investimento. Continuando, explicou que com a vinda BMW foi preciso demandar um aporte de capital junto ao BRDE para fazer o financiamento da infraestrutura e aquisição de terreno para instalação da BMW, que era um aporte de R\$ 200 milhões também para o Estado do Rio Grande do Sul e do Paraná, sendo que a cada R\$ 1,00 aportado alavancava mais R\$ 4,00 no BRDE para financiamento de áreas prioritárias do Estado. Desse modo, o governo decidiu capitalizar junto ao BRDE para viabilizar a infraestrutura da BMW, sendo que o projeto estava na Assembleia para apreciação e quando a lei fosse assinada ela seria encaminhada ao BNDES, onde a operação já estava aprovada, e a STN para que fosse



assinado o contrato. Dirigindo-se aos senhores Deputados, aproveitou a oportunidade para agradecer o apoio e reconhecer o trabalho da Assembleia Legislativa para resolver os problemas, observando que tiveram projetos que tramitaram com velocidade inédita em função da compreensão dos senhores Deputados e do relacionamento com o governo do Estado, sendo que a população de Santa Catarina precisava saber do desempenho dos seus representantes. Ressaltou que as dificuldades que o Estado estava passando não seriam superadas se não fosse o apoio que estava e esperava continuar recebendo, pois Santa Catarina precisava muito daquele apoio, porque, na avaliação deles, o período mais adverso já havia sido ultrapassado, mas ainda era preciso fazer ajustes muito fortes com o apoio da Assembleia Legislativa. Frisou que o que era possível fazer de gestão eles estavam fazendo e que uma perda de estimativa de receita de R\$ 800 milhões era algo significativo e os presentes podiam imaginar o esforço que eles tinham que fazer para manter o equilíbrio, salientando que os resultados daqueles esforços dependiam muito do apoio da Assembleia Legislativa e a população de Santa Catarina podia ter certeza de que os Deputados permitiriam que o Estado continuasse prestando serviço de qualidade a todos. A seguir, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, agradeceu a presença da Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt e do Deputado Estadual Sandro Silva que estavam acompanhando a reunião extraordinária da Comissão. Ato contínuo, **Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, pediu permissão para fazer um adendo sobre o Revigorar IV, que foi aprovado pela Alesc, para saber se já tinha algum resultado em números, se estava dentro da expectativa ou não se consolidou na expectativa que tinham e também perguntou qual o setor da economia que teve o maior decréscimo em perda de arrecadação, tendo o **senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, respondido que acabou não tocando nas áreas que tiveram comportamento e explicou que na verdade a redução ou a quebra de estimativa foi praticamente linear. Desse modo, o setor da indústria estava tendo um desempenho inferior às outras áreas e que não havia dúvida de que o ICMS estava se concentrando em energia elétrica, comunicação, combustíveis e bebidas, ressaltando que principalmente os combustíveis, pela subjunção tributária e pela eficiência, eram os fatores que mais pesavam. Indo além, explicou que a indústria estava perdendo peso por duas razões, não só pela desaceleração, não havia um processo de desindustrialização, mas era um setor que estava tendo que exonerar e tinha que trabalhar com incentivo para não matar os empregos. Indo mais além, disse que o agronegócio e a indústria tinham muita exoneração e se o agronegócio não fosse incentivado ele ia embora para Goiás e Mato Grosso, porque era muito dependente de matéria prima de lá e o custo dele ficava muito alto. Desse modo, eles tinham que oferecer condições de competitividade para manter os empregos, os integrados e os agricultores. Quanto ao Revigorar, a estimativa era de ter uma recuperação em torno de R\$ 120 milhões, sendo que no primeiro mês se recuperou R\$ 68 milhões, depois R\$ 22 milhões, de modo que estavam atingindo a meta e ainda ia até dezembro. Frisou que ele havia sido muito importante para ajudar no equilíbrio das finanças permitindo fazer alguns ajustes em uma área que se tinha um estoque de Dívida Ativa muito alta, denominada como dívida



podre, e eles estavam tentando fazer um processo de apuração daquilo para poder recuperar aqueles valores que iriam fazer a diferença no desempenho do próximo ano. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, disse que a Comissão de Finanças e Tributação era a Comissão de Mérito que examinava todos os projetos de origem da Secretaria de Estado da Fazenda com ampla discussão deles. Quanto à capitalização do projeto de lei que tratava do BRDE já havia sido aprovado naquela data e, se ele quisesse, o Presidente da Alesc poderia apresentar, no dia em curso, ao Plenário para a devida deliberação da Casa. Na sequência agradeceu a participação do Secretário, cumprindo dispositivo legal; do Secretário Adjunto da Secretaria da Fazenda, senhor Almir Gorges e de todos os demais gerentes e diretores de Estado da Secretaria da Fazenda, momento em que o **senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda**, pediu permissão para fazer um reconhecimento público a sua equipe de trabalho, que estava ali presente, que era o pessoal que ajudava a segurar aquela barra há muito tempo e reiterou os agradecimentos pela acolhida e o apoio da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo Deputado Marcos Vieira, especialmente pelo trabalho pessoal dele nas matérias que tinha relatado, sempre com muita profundidade e elevado espírito público. A seguir, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira**, agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar encerrou a audiência pública. [*Taquígrafa-Revisora e Leitura final: Almerinda Lemos Thomé*][*Revisão final: Ione Terezinha Reis de Melo*]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE